



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

5ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021 SMS

Aos nove dias do mês de março do ano de 2021, às 16h30 min., na sala do certame, reuniu-se, sob a coordenação da Pregoeira FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS estando presentes os membros: Bárbara Costa de Oliveira, Jorel Félix da Silva, Luciana dos Santos Silva Duarte, Luiz Eduardo Jacques Francisco, Marília Nogueira Gil, Glauco da Silva Bezerra, Thatia Correa Schmildt, Alessandra da Silva Vargas, Miriam Abrantes Salti de Carvalho, Fátima Maria Cordeiro de Souza, Victor Andrade de Silveira, Vinícius Moro da Mata, Luiz Fernando da Costa Azevedo, Nilsergio de Brito Marins, Natalí Rita Quintanilha de Oliveira Douglass, Marcos Assumpção Andrade, Juan Maranhão da Silva, Juliana Lopes da Silva Carvalho, Leonardo Aurélio C. Nogueira e Amanda Monteiro Machado Marques, para proceder a diligência quanto a idoneidade da empresa provisoriamente vencedora do Pregão Presencial n.º 03/2021 - SMS, devido aos apontamentos feitos pela empresa RIO SHOP SERVIÇOS EIRELI na sessão anterior, assim como para analisar a proposta realinhada encaminhada via e-mail, tempestivamente, pela empresa provisoriamente vencedora, LAPA TERCEIRIZAÇÃO. Após verificou-se, através de diligência nos sítios <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5> e <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, conforme anexo, que a empresa LAPA TERCEIRIZAÇÃO não possui impedimentos para licitar. Em relação a solicitação da empresa LAPA TERCEIRIZAÇÃO sobre abertura de procedimento apuratório, não será atendido pela Pregoeira devido fugir da competência desta no âmbito da licitação, tendo caráter subjetivo entre as partes envolvidas, entretanto cabe ressaltar que a empresa LAPA TERCEIRIZAÇÃO estava impedida de licitar até abril/2020, sendo portanto justificável solicitar a diligência para confirmação de sua condição, ressaltamos ainda que quanto a condição de recuperação judicial, não é o momento para a análise quanto as condições de habilitação. Quanto a análise da proposta, foi encaminhado e-mail com a **solicitação de retificação dos seguintes apontamentos:** 1- O município possui linhas de ônibus gratuitas. A tarifa, quando cobrada, é de R\$ 3,70. (Retificar em todas as planilhas); 2- Substituto na cobertura nas férias, em todas as planilhas. 8,33%; 3- Na planilha de Auxiliar de serviços gerais, o percentual de insalubridade mencionado na CCT; 4- Comprovação de que as CCTs utilizadas abrangem o município de Maricá, pois nas mesmas consta

abrangência territorial em Rio de Janeiro/RJ, o que entendemos ser o município do Rio de Janeiro e não todo o Estado. Os questionamentos foram respondidos pela empresa, nos seguintes termos resumidamente: **1** – *“Diante da existência de modal mais econômico à contratação, estamos suprimindo o custo de nossas Planilhas, e iremos racionalizar o deslocamento dos colaboradores visando a utilização de tais linhas que circulam no município; 2* - *Inicialmente, temos que o contrato vindouro, oriundo do presente pregão, é uma contratação de 12 (doze) meses. Em se admitindo isso, ao final do contrato só restará a despesa de indenização das férias do titular do posto, caso o mesmo seja demitido. Portanto, a Administração desembolsará o valor da cobertura de férias de um substituto que jamais substituirá ninguém”.* **3** – *“...a Convenção Coletiva de Trabalho fixou o pagamento de adicional de insalubridade em diferentes graus aos auxiliares de serviços gerais e outras categorias que prestem serviços em estabelecimentos de saúde, desde que o laudo do particular assim o defina”.* **4** – *“Esclarecemos que, por erro material, lançamos as informações referentes ao registro da CCT do município do Rio de Janeiro. Promovemos a retificação da informação, e juntamos a CCT correta, com base territorial no Município de Niterói, e que abrange Maricá para as funções de ASG e Auxiliar de Escritório. Os motoristas têm representatividade estadual”.* Registra-se que a exigência quanto o modal da passagem de R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) e o percentual de insalubridade será exigido de todas as empresas que forem classificadas para a apresentação da planilha de formação de preços, visando desta forma a aplicação do princípio da isonomia assim como balizar o julgamento da proposta. Consta **em anexo o ofício** encaminhado pela empresa LAPA TERCEIRIZAÇÃO com as justificativas na íntegra. Em réplica a manifestação da empresa LAPA TERCEIRIZAÇÃO: **1-** Quanto a não aplicação da tarifa na planilha de formação de preços, entendemos ser irregular visto que, embora haja as linhas gratuitas, há também o transporte regulamentado pelo DETRO/RJ que estabeleceu para o município de Maricá a tarifa regular estabelecida na portaria 1315/2020 no valor R\$ 3,70. Sem contar com a imprevisibilidade de contratação de funcionários que efetivamente utilizarão o transporte gratuito ou não. Devendo ser feito o provisionamento como forma de garantia em cumprimento da legislação. **2-** Quanto ao provisionamento de férias, acatamos a justificativa apresentada uma vez que a solicitação de alteração foi equivocada. **3-** Não acatamos a justificativa da empresa, considerando que a memória de cálculo disponível no Edital assim como a expertise das empresas prestadoras do serviço do ramo, sejam suficientes para calcular a previsão do pagamento de insalubridade. E, ainda, a previsão na CCT apresentada é clara quanto ao tema. **4-** Tendo em vista a vedação prevista no item 9.17 do Edital quanto a substituição da CCT, a alegação de erro material não prospera. Sendo considerado erro formal, razão

pela qual deve ser desclassificada. Findada a análise e a verificação da desclassificação da empresa LAPA TERCEIRIZAÇÃO, constatamos que a empresa classificada em segundo lugar, **RIO SHOP SERVIÇOS EIRELI** apresentou a mesma CCT que desclassificou a empresa em primeiro lugar. Tendo em vista o ocorrido e a impossibilidade de substituição de CCT conforme previsão do item 9.17 do Edital, a empresa **RIO SHOP SERVIÇOS EIRELI** também terá sua proposta desclassificada. Sendo assim, na sessão de continuação será convocada para apresentar a proposta realinhada a empresa **PLANEJAR TERCEIRIZAÇÃOE SERVIÇOS S.A** classificada em terceiro lugar. Cabe registrar que, a empresa **IBS ADM. DE SERV. E LOC. DE MÃO DE OBRA** solicitou utilizar do direito de preferência sob a alegação de encontrar-se em empate ficto com a terceira colocada, caso houvesse a desclassificação do primeiro e segundo colocados. Contudo informamos que tal solicitação não poderá ser atendida considerando o art. 45, § 3º da LC 123/06, uma vez que na modalidade pregão, o desempate ficto somente é aplicado após finalizada a etapa de lances e, antes da fase de negociação com o vencedor provisório. Assim, findada a etapa de lances e verificada a ocorrência de empate ficto (o que não ocorreu), será convocada a pequena ou microempresa empatada fictamente para, querendo, ofertar lance menor que o do vencedor da fase de lances, em um prazo de cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de apoio.

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS

Pregoeira

Maricá, 09 de março de 2021.

Membros Da Equipe De Apoio	
Alessandra da Silva Vargas	Amanda Monteiro Machado Marques
Jorel Felix da Silva	Natalí Rita Quintanilha de Oliveira Douglass
Luciana dos Santos Silva Duarte	Thatia Corrêa Schmildt
Victor Andrade da Silveira	Juliana Lopes da Silva Carvalho

Glauco da Silva Bezerra	Leonardo Aurélio C. Nogueira
Nilsergio de Brito Marins	Marcos Assumpção Andrade
Vinicius Moro da Mata	Luiz Fernando da Costa Azevedo
Fátima Maria Cordeiro de Souza	Luiz Eduardo Jacques Francisco
Bárbara Costa de Oliveira	Miriam Abrantes Salti de Carvalho
Marília Nogueira Gil	Juan Maranhão da Silva